

FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA – FUNSERV
ESTADO DE SÃO PAULO

**1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026**

O Presidente da Fundação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba – FUNSERV, no estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Termo e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO o **1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA**, do **CONCURSO PÚBLICO** aberto pelo **Edital de Abertura nº 001/2026**, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica **RETIFICADO** o Anexo II – Dos Conteúdos Programáticos do Edital de Abertura nº 001/2026, passando a conter a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

CARGO 403: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO

Conhecimentos Específicos: 1. Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. Constituição Federal, art. 37 ao 41. 3. Lei Complementar Federal 101/2000. 4. Lei Federal 9714/1998. 5. Emenda Constitucional nº 103/2019 – “Altera o sistema de previdência social”. 6. Portaria MTP- nº 1467/2022, Capítulo V (gestão dos regimes próprios). 7. Finanças públicas e orçamento público. 8. O Orçamento: conceito e espécies; natureza jurídica; princípios orçamentários; características do orçamento tradicional, do orçamento base zero, do orçamento de desempenho e do orçamento-programa. 9. Política fiscal e equilíbrio orçamentário. 10. Fiscalização e controle externo e interno dos orçamentos. 11. Emendas parlamentares. 12. Conceito de déficit público: a dívida pública no Brasil (causas, consequências e evolução recente). 13. Pacto Federativo e as políticas públicas. 14. Repartição de receitas tributárias. 15. Federalismo fiscal: políticas e critérios de distribuição de receitas e encargos entre as esferas do governo. 16. Instrumentos de Planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. 17. Conceitos e Classificações da receita e da despesa pública brasileira. 18. Etapas/estágios da Receita e da Despesa Orçamentária. 19. Fundos especiais de despesa. 20. Receita Pública: receitas originárias e receitas derivadas, preço público e sua distinção com a taxa, Vinculação. 21. Desvinculação de Receitas dos Estados e Municípios – DREM. 22. Dívida Ativa de natureza tributária e não tributária. 23. Estrutura programática adotada no setor público brasileiro. 24. Ciclo Orçamentário. 25. Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais. 26. Programação Orçamentária e Financeira. 27. Descentralização de Créditos Orçamentários e Recursos Financeiros. 28. Elaboração da Programação Financeira. 29. Contingenciamento. 30. Limite de Empenho e de Movimentação Financeira. 31. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): princípios, objetivos e efeitos no planejamento e no processo orçamentário, regra de ouro, anexo de Metas Fiscais, anexo de Riscos Fiscais, Resultado Nominal, Resultado Primário, Receita Corrente Líquida, Renúncia de receita, Geração da Despesa e Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, Vedações, Instrumentos de transparência. 32. Limites Constitucionais e legais: Educação, Saúde, Pessoal, Dívida e Operações de Crédito, Garantias. 33. Transferências Voluntárias na Constituição Federal. 34. Da Fiscalização Financeira, Contábil e Orçamentária. 35. Da Tributação e do Orçamento: Dos Princípios Gerais; Das Finanças Públicas. 36. Disciplina constitucional e legal dos precatórios. 37. Crédito Público: conceito; empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão; Dívida Pública: conceito, disciplina constitucional, classificação e extinção. 38. Orçamento na Constituição Federal de 1988. 39. 41. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: Artigos 60, 82 e 97. 42. Lei nº 4.320/1964. 43. Manual de Demonstrativos Fiscais (14ª edição). 44. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (10ª edição): Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. 45. Ementário da Classificação por Natureza de Receita.

LEIA-SE:

CARGO 403: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO

Conhecimentos Específicos: 1. Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. Constituição Federal, art. 37 ao 41. 3. Lei Complementar Federal 101/2000. 4. Lei Federal 9744/1998 **Lei Federal n.º 9.717/1998 e alterações**. 5. Emenda Constitucional nº 103/2019 – “Altera o sistema de previdência social”. 6. Portaria MTP- nº 1467/2022, Capítulo V (gestão dos regimes próprios). 7. Finanças públicas e orçamento público. 8. O Orçamento: conceito e espécies; natureza jurídica; princípios orçamentários; características do orçamento tradicional, do orçamento base zero, do orçamento de desempenho e do orçamento-programa. 9. Política fiscal e equilíbrio orçamentário. 10. Fiscalização e controle externo e interno dos orçamentos. 11. Emendas parlamentares. 12.

Conceito de déficit público: a dívida pública no Brasil (causas, consequências e evolução recente). 13. Pacto Federativo e as políticas públicas. 14. Repartição de receitas tributárias. 15. Federalismo fiscal: políticas e critérios de distribuição de receitas e encargos entre as esferas do governo. 16. Instrumentos de Planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. 17. Conceitos e Classificações da receita e da despesa pública brasileira. 18. Etapas/estágios da Receita e da Despesa Orçamentária. 19. Fundos especiais de despesa. 20. Receita Pública: receitas originárias e receitas derivadas, preço público e sua distinção com a taxa, Vinculação. 21. Desvinculação de Receitas dos Estados e Municípios — DREM. 22. Dívida Ativa de natureza tributária e não tributária. 23. Estrutura programática adotada no setor público brasileiro. 24. Ciclo Orçamentário. 25. Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais. 26. Programação Orçamentária e Financeira. 27. Descentralização de Créditos Orçamentários e Recursos Financeiros. 28. Elaboração da Programação Financeira. 29. Contingenciamento. 30. Limite de Empenho e de Movimentação Financeira. 31. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): princípios, objetivos e efeitos no planejamento e no processo orçamentário, regra de ouro, anexo de Metas Fiscais, anexo de Riscos Fiscais, Resultado Nominal, Resultado Primário, Receita Corrente Líquida, Renúncia de receita, Geração da Despesa e Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, Vedações, Instrumentos de transparência. 32. Limites Constitucionais e legais: Educação, Saúde, Pessoal, Dívida e Operações de Crédito, Garantias. 33. Transferências Voluntárias na Constituição Federal. 34. Da Fiscalização Financeira, Contábil e Orçamentária. 35. Da Tributação e do Orçamento: Dos Princípios Gerais; Das Finanças Públicas. 36. Disciplina constitucional e legal dos precatórios. 37. Crédito Público: conceito; empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão; Dívida Pública: conceito, disciplina constitucional, classificação e extinção. 38. Orçamento na Constituição Federal de 1988. 39. 41. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: Artigos 60, 82 e 97. 42. Lei nº 4.320/1964. 43. Manual de Demonstrativos Fiscais (14ª edição). 44. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (10ª edição): Parte I — Procedimentos Contábeis Orçamentários, Parte V — Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. 45. Ementário da Classificação por Natureza de Receita.

17. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (artigos 24, 30, 37, 38, 40, 42, 142, 149, 195, 201, 202 e 249 e artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). 18. Emenda Constitucional n.º 20, de 15 dezembro de 1998; 19. Emenda Constitucional n.º 34, de 13 de dezembro de 2001; 20. Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003; 21. Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005; 22. Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012; 23. Emenda Constitucional n.º 88, de 7 de maio de 2015; 24. Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019; 25. Súmula Vinculante n.º 33 c/c artigo 57 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991; 26. Leis Complementares Federais n.º 123/2006 e 147/2014 – Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – (Das aquisições públicas – artigos 42 a 49); 27. Lei Complementar Federal n.º 152/2015 – Dispõe sobre aposentadoria compulsória do servidor público. 28. Lei Federal n.º 9.983/2000 e alterações – Lei de Crimes contra a Previdência; 29. Lei Federal n.º 10.887/2004 e alterações – Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis n.ºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e dá outras providências. 30. Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações – Institui normas para licitações e contratos no âmbito da Administração Pública. 31. Portaria MPS n.º 1467/2022.

Art. 2º Este Termo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias

Sorocaba/SP, 24 de março de 2026.

Fábio Salun Silva

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA - FUNSERV